

# MÍDIAEPRECONCETTO

## Media and prejudice

*Derval Gomes Golzio*

*Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba, e Doutor em Comunicação Cultural y Educación pela Universidad de Salamanca Espanha.*

*E-mail: dervalggolzio@hotmail.com*

*Thiago de Andrade Marinho*

*Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e aluno da habilitação Jornalismo, do curso de Comunicação Social da Universidade Federal da Paraíba.*

*Alberto Araújo Silva*

*Aluno da habilitação Jornalismo, do curso de Comunicação Social da Universidade Federal da Paraíba.*

*Mayra Brito Ferreira*

*Aluna da habilitação Jornalismo, do curso de Comunicação Social da Universidade Federal da Paraíba.*

*Cibelle Ferraz Pereira*

*Aluna da habilitação Jornalismo, do curso de Comunicação Social da Universidade Federal da Paraíba.*

*Mônica dos Santos Lins*

*Aluna da habilitação Jornalismo, do curso de Comunicação Social da Universidade Federal da Paraíba.*

### Resumo

Apesar do tempo que separa a abolição da escravidão no Brasil e os dias atuais, os afrodescendentes permanecem discriminados no mercado de trabalho. Os resultados de uma análise de conteúdo realizada com base em 58 reportagens na revista de maior circulação nacional, *Veja*, e traduzidos neste “*paper*”, revelam que o número de profissões ocupadas pelos afrodescendentes é bastante reduzido, em comparação com as ocupadas e expostas pelo contingente branco do país. Para além de qualquer questionamento sobre o preconceito sutil que caracteriza os textos jornalísticos das reportagens que compõem a amostra, é importante evidenciar que a maior parte das profissões exercidas pelos afrodescendentes não exige, ou pouco exige, escolaridade regular, como é o caso de desportistas, cantores e músicos.

Palavras-chave: imprensa, análise de conteúdo, preconceito, afrodescendentes, estereótipos.

### Introdução

A formação do povo brasileiro e a origem do preconceito racial

A organização da sociedade brasileira no período colonial estava ligada ao controle do senhor de engenho, pela submissão de seus empregados livres e escravos. Estes últimos, trazidos de diversos lugares

do continente africano, foram obrigados a romper bruscamente com suas raízes culturais, pois eram distribuídos em grupos de diferentes etnias, impedindo, assim, a manutenção de seus costumes, como ilustra Darcy Ribeiro (1995, 115):

“A diversidade lingüística e cultural dos contingentes de negros introduzidos no Brasil,

somada a essas hostilidades recíprocas que eles traziam da África, e a política de evitar concentração de escravos oriundos de uma mesma etnia, nas mesmas propriedades, e até nos mesmos navios negreiros, impediu a formação dos núcleos solidários que retivessem o patrimônio cultural africano”.

A partir da inviabilidade de suas práticas culturais e do ilogismo na adaptação dos valores e das tradições portuguesas, o africano foi adaptando a sua cultura aos moldes brasileiros. Exemplo bem conciso, segundo Ribeiro (1995, 16), está na língua portuguesa mais leve, e na religião católica menos ortodoxa. *“Simultaneamente, vão se aculturando nos modos brasileiros de ser e o de fazer, tal como eles eram representados no universo cultural simplificador de engenhos e das minas. Tem esse acesso, desse modo, um corpo de elementos adaptativos, associativos e ideológicos oriundo daquela protocélula étnica tupi que se consentiu sobreviver nas empresas, para o exercício das funções extra-produtivas.”*

Outro aspecto que comprova tal fato advém do pós-escravismo, visto que, depois da abolição, os negros foram entregues à condição de mão-de-obra assalariada degradante, sistema não muito diferente da sociedade colonial, até porque, nesse novo processo, a escravidão continuou de maneira implícita, estereotipada e discriminatória.

*“As atuais classes dominantes brasileiras, feitas de filhos e netos dos antigos senhores de escravos, guardam, diante do negro, a mesma atitude de desprezo. Para seus pais, o negro, escravo e forro, bem como o mulato, eram meras forças energéticas, como um*



*saco de carvão, que desgastado era substituído facilmente por outro que comprava. Para seus descendentes, o negro livre, mulato e o branco pobre são também o que mais há de rele, pela preguiça, pela ignorância, pela criminalidade muitas vezes inatas e inelutáveis”,* constata Darcy Ribeiro (1995, 221 e 222).

Essa aculturação inovadora do negro, sem perspectiva de educação, profissionalismo e capacitação, produziu estereótipos referentes à sua imagem, tais como enfermo, perigoso e preguiçoso. É interessante notar a conceituação mulata que ocorreu no decorrer do tempo, pelo embranquecimento dos negros ou pelo enegrecimento dos brancos. Criou, assim, uma morenização de seus adeptos, que, não desejando a sua inserção no imaginário popular do negro, também se distanciou da dita cultura branca.

A novidade na denominação de cores favoreceu outras visões preconceituosas, dentre elas, a trazida pela classe social. O negro, sendo pobre, é mais negro e possui

menos aceitação social do que o negro rico. Este último, ao mudar seu nível de renda e, conseqüentemente, de consideração social, permanece enfatizado como modelo de superação.

Ribeiro (1995, 236 e 237) cita um exemplo claro acerca da situação das classes: *“Assim é que mais facilmente se admite o casamento e o convívio com os negros que ascendem socialmente e assumem as posturas, os maneirismos e os hábitos das classes dominantes, do que com o pobre e grosseiro, seja ele negro, branco ou mulato, por sua efetiva discrepância social, e sua evidente marginalização cultural”*.

No transcorrer cronológico do povo brasileiro não houve uma proposta construtiva a fim de solucionar a problemática do preconceito racial dos negros. A mídia, com toda sua evolução tecnológica, englobou essa temática num conformismo sustentado pela discriminação e segregação.

*“A nação negra comandada por gente dessa mentalidade nunca fez nada pela massa negra que a construiu. Negou-lhe a posse de qualquer pedaço de terra para vender e cultivar, de escolas em que pudessem educar seus filhos e de qualquer ordem de assistência”*, pondera Ribeiro (1995, 222). Portanto, é evidente a estreita ligação que a história da formação brasileira

transmite hoje aos acontecimentos sociais, emitindo preconceitos e segregações entre as raças. A essência, a marca do preconceito racial brasileiro manteve-se a mesma. Os meios de comunicação (neste caso, a revista *Veja*) absorveram a problemática e não se preocuparam com uma crítica racional às suas conjunturas transladadas pelo tempo.

Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*, 1933, 307 e 432) aborda como o negro foi usado na construção do país, utilizado como mão-de-obra não só nos engenhos, mas também nas lavouras, nas mercenarias, nas criações de gado, tendo servido ainda de fonte de diversão e satisfação para senhores e senhoras de engenho, quer sexualmente quer pelo simples gosto pelo mando. Os escravos eram utilizados, inclusive, nas dependências pessoais da casa, para substituir, por exemplo, donas de casa para senhores viúvos ou mães-de-leite para senhoras brancas que não conseguiam alimentar seus filhos.

Os escravos exerciam ainda a atividade de professores dos filhos de seus senhores. Nesse caso, eram mandados a aprender pelo menos os estudos básicos nas cidades e trazidos de volta para ensinar aos pequenos. A intenção era prolongar ao máximo a estada dos filhos nas casas-grandes, já que um dia haveriam de estudar nas cidades para, futuramente, conduzir os negócios dos pais.

Esse comportamento de uso do negro em variadas atividades, porém, não trouxe benefícios para os escravos. Eles continuaram à margem da sociedade, fato que perdura até os dias atuais. Isso explica as profissões que aparecem em maioria para negros e brancos: mandatários e servidores, quase como uma regra. Fato interessante de ressaltar em *Casa Grande & Senzala* diz respeito ao uso de uma espécie